



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE**  
**RONDÔNIA (GAEPE/RO)**  
**ATA DA REUNIÃO GAEPE – 07/05/2021**  
**(29ª REUNIÃO)**

Aos sete dias do mês de maio do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Marta de Souza Costa Brito, Diretora Administrativa Financeira da SEDUC/RO; Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Gláucia Lopes Negreiros, Secretária Municipal de Educação de Porto Velho; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO; Cleuzeni Maria de Jesus, Diretora de Ensino da Secretaria Municipal da Educação de Ariquemes/RO; Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência, e que versou sobre as tratativas já em curso nas diferentes instituições, relacionadas ao tema do ensino remoto e do retorno às aulas presenciais. Registre-se a participação especial do Sr. Daniel de Barros Castro, da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM).

1) O que foi discutido:

O Presidente Paulo Curi abre a reunião destacando três pontos a serem abordados: a apresentação da AROM sobre as informações a respeito da educação infantil, a exposição do Dr. Daniel Castro, da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS/AM), sobre a experiência em Manaus com o retorno das aulas, e a apresentação do Sr. Massud Neto sobre o hotsite do GAEPE.

A Dra. Alessandra parabeniza o 1º ano do Gabinete, completado no dia 28/04. Homenagens e agradecimentos são feitos pelos presentes.

O Sr. MASSUD inicia os pontos do dia mostrando, através do compartilhamento da tela, o hotsite construído para o GAEPE/RO, com todos os ofícios, boletins, Notas Técnicas, relatórios e atas de reuniões realizadas. Todo o material armazenado visa também ser um referencial histórico, buscando dar maior acesso à população, ajudando na difusão da iniciativa do Gabinete pelo país.

A Dra. ALESSANDRA informa então os 3 pontos da pauta de hoje: a continuidade das discussões relativas à educação infantil (informações trazidas para o diálogo), as novidades sobre as estratégias da conectividade para a rede educacional, e as informações sobre as estratégias de monitoramento da implantação dos protocolos para o retorno presencial das atividades escolares.

O Dr. ISMAR inicia as discussões trazendo as novidades sobre as estratégias de monitoramento da implantação dos protocolos nas escolas, passando, em seguida, a palavra para o Sr. VALMIR SOUTO, que fala sobre o evento de mobilização e engajamento dos secretários municipais que será realizado no dia 11/05. Nele, serão apresentadas toda a sistemática e metodologia do monitoramento, pedindo a adesão dos municípios e orientando para a criação das comissões locais. Informa que uma Comissão Institucional foi criada por Decreto no ano passado, e que, após a reunião, pretende-se que ela conduza a coordenação do monitoramento nos municípios. Ao todo, são esperadas 250 pessoas para a reunião, entre coordenadorias e secretarias municipais. O Sr. VAGNER pede a palavra e fala sobre a ação paralela que vem sendo feita, com base em questionários e levantamentos sobre a conectividade municipal e estadual, para obter respostas dos municípios sobre a atividade escolar remota, visando uma ação futura.

Com a entrada do Dr. Daniel na reunião, o Presidente PAULO CURI se manifesta para trazer uma visão sobre a educação no Estado de Rondônia, os prejuízos advindos do adiamento constante do retorno presencial, procurando, com a fala do convidado, seguir para um retorno presencial e gradual como ocorreu no Estado do Amazonas.

O Dr. DANIEL se apresenta e expõe as experiências no município de Manaus/AM, que desde o ano passado vem retornando às aulas presenciais nas escolas. Compartilhando sua tela, demonstra as informações referentes à pandemia no Estado do Amazonas, comparando os números de contágio com os Decretos que permitiram as reaberturas na cidade. Informa que, neste ano, as escolas privadas retornaram em regime semipresencial desde o mês de março. Quanto às escolas públicas, que permanecem no ensino remoto, considerando que os professores estão sendo vacinados, vão esperar para que todos os profissionais estejam imunizados para realizar o retorno presencial, visto que, sentindo-se mais protegidos e seguros, menor é a resistência percebida.

Traz então algumas ações empregadas pela FVS para auxílio do retorno às aulas, como o Programa Vigilância Ativa nas Escolas em todo o Estado, que conta com a testagem dos profissionais da educação das redes pública e privada, e com a investigação dos casos suspeitos dentro da unidade escolar, o que vem agregando grande valor ao monitoramento realizado.

A Dra. ALESSANDRA agradece a exposição do Dr. Daniel e, antes de abrir para manifestações dos demais participantes, destaca alguns pontos, como os documentos disponibilizados para a orientação das escolas e a capacitação dos profissionais educacionais, que são pontos focais na rede. Pelos dados, as escolas não se revelaram locais de grande incidência de caso de contaminação em Manaus (somente 0,05%), levando a acreditar que, adotadas todas as medidas de biossegurança, é possível um retorno com segurança.

O Dr. DANIEL explica que, no entendimento da FVS, como haviam retornado vários seguimentos comerciais e a população já estava transitando, manter as escolas fechadas não geraria uma preservação maior para a comunidade, sendo o ambiente escolar, em alguns casos, uma proteção maior do que dentro da própria casa dos alunos. Foi avaliada também, para o retorno, o aumento da circulação de pessoas, propagando mais o vírus, mas observou-se como resultado um risco pequeno, tendo em vista a abertura de outros segmentos da cidade. Chegaram à conclusão de que, uma vez estabelecidas as medidas, o ambiente escolar está seguro.

A Dra. FLAVIA pede a palavra e destaca que a montagem de comissões de vigilância de monitoramento municipais é essencial não apenas para o retorno, mas para dar uma resposta sobre a modalidade presencial das escolas ao Estado de Rondônia, sendo inevitável termos que nos acostumar com o ensino híbrido e o retorno gradual, visto que uma nova onda de contaminação pode vir a acontecer. As instituições privadas já contam com o retorno, e por isso se deve pensar em retornar também a rede pública, de forma conjunta. Com referência à notificação dos casos de Covid, será indispensável um trabalho de cooperação envolvendo professores e alunos, além dos órgãos de vigilância municipal e estadual.

A Dra. ALESSANDRA abre um adendo para dizer que é fundamental a presença de representantes da Vigilância Sanitária e de membros da Saúde para a reunião com as coordenadorias e secretarias municipais do dia 11/05. Para a formação das comissões, capacitar os membros para que saibam como identificar as demandas necessárias, quais pontos seguir para gerar ações eficazes no monitoramento. Ademais, conforme trazido pelo Dr. Daniel, identificar os pontos focais em cada escola, gerando e transmitindo informações, ajudando no trabalho da comissão estabelecida.

O Dr. DANIEL, respondendo ao apontamento da Dra. Alessandra sobre quais pontos as comissões precisam ter em mente para realizar o monitoramento e gerar uma capacitação que seja eficaz, destaca a importância de primeiro se elaborar e definir planos operacionais para o monitoramento dos municípios, visto que é uma estratégia fora da rotina de vigilância sanitária, por ser mais ativa.

A Prof.<sup>a</sup> RITA questiona sobre como manter o monitoramento efetivo e rigoroso na tentativa de identificar os casos quando do retorno escolar, tendo em vista a mobilidade dos alunos, professores e suas famílias. Pede que uma maior explanação seja feita sobre o aplicativo informado que ajuda na identificação dos casos, o que torna, pelo meio *online*, uma ação instantânea e mais rápida. O Dr. DANIEL, então, explica sobre a ferramenta REDCap – aplicativo utilizado no Estado do Amazonas para gerenciar e coletar dados; uma espécie de formulário, contendo as informações seguras obtidas dentro das escolas.

A Sra. LUSLARLENE, após questionamentos, informa que, através da SEDUC, um levantamento sobre os dados a respeito dos profissionais da educação vinculados às escolas está sendo feito, para que seja verificada e planejada a vacinação desses profissionais no Estado de Rondônia. Nesse sentido, ao ser questionada, a

Secretária GLÁUCIA informa que, em Porto Velho, são 5.600 profissionais da educação, sendo 3.400 professores.

A Sra. MARTA DE SOUZA, Diretora Administrativa Financeira da SEDUC/RO, informa que há uma reunião agendada para tratar da questão das vacinas na semana seguinte, contando com a presença de representantes da Secretaria Municipal da Saúde e da AGEVISA. Já se tem levantamentos da rede estadual e estão coletando todos os dados da rede municipal.

A Dra. GLÁUCIA questiona, ainda, por que os profissionais da segurança pública foram priorizados, sendo antecipados na escala nacional, e a mesma possibilidade não foi aplicada aos profissionais educacionais. A Dra. FLÁVIA informa que são direcionamentos dados pelo governo federal e estadual, sendo a AGEVISA apenas operadora do estipulado, não tendo autonomia para apontar os grupos prioritários para vacinação.

Retomando a fala, a Dra. GLAUCIA pergunta ao Dr. Daniel como interpretar e identificar os dados a respeito de onde os profissionais se contaminavam, como saber se não foi dentro das escolas. O Dr. DANIEL responde que por meio do monitoramento ativo específico da comunidade escolar, em conjunto com a adesão das escolas e capacitação da equipe, de forma responsável e correta. Explana ainda que a vacinação dos profissionais no Estado do Amazonas está sendo possível por conta de um projeto estadual sobre pesquisa de uma das vacinas disponíveis no país, o que fez com que a destinação dessas fosse especificada aos professores.

O Desembargador ISAIAS pede a palavra e fala sobre a possibilidade de uma judicialização no município de Ariquemes, uma ação popular por parte da comunidade, forçando uma obrigação de fazer por parte do Estado para, ao menos, apresentar um plano de retomada das aulas presenciais. O Sr. AUGUSTO também se manifesta para dizer que o SINEPE entrou com uma ação, tendo o apoio do Sindicato dos Professores das instituições privadas, pedindo a supressão de uma parte do último Decreto publicado. Informa ainda que um grupo de mães entrou com uma ação pedindo a retomada das aulas no sistema público.

É passada a palavra para a Sra. CLEUZENI, que fala sobre o município de Ariquemes, o qual vem se preparando para o retorno das aulas. Informa que há um Decreto permitindo o retorno para aulas de reforço, podendo atender crianças de até 8 anos, e que algumas escolas já estão prontas para serem vistoriadas pela Vigilância Sanitária, mas há uma interferência constante do Sindicato dos Professores, que querem o retorno apenas quando ocorrer a vacinação deles. Acredita que não há necessidade de uma judicialização, e que falta um diálogo mais aberto com a comunidade. Esclarece ainda que o retorno gradual está previsto para iniciar em agosto/2021.

O Presidente PAULO CURTI traz sua preocupação quanto ao mês para o retorno das escolas, destacando a previsão de uma possível terceira onda no mês de agosto, o que fará com que todo o planejamento e esforços empregados, como ocorreu no ano passado, sejam mais uma vez adiados, mesmo o sistema estando preparado para o retorno.

Em decorrência do tempo, avançou-se para o ponto da pauta a respeito da conectividade no Estado de Rondônia, deixando o outro ponto para a próxima reunião – a apresentação sobre a educação infantil pela AROM e UNDIME, com referência aos processos de monitoramento da Meta 01 do Plano Nacional da Educação, conforme direcionamentos dados na última reunião.

O Sr. VALMIR traz os pontos relativos à conectividade, sobre as pesquisas para a disponibilização do aplicativo para oferecer internet aos alunos e professores. Há empresas no país que oferecem esse serviço, que consiste num aplicativo que monitora cada usuário em seu consumo de internet, em dispositivos móveis, independente de qual operadora a pessoa está usando. O aplicativo, dessa forma, é apenas uma forma para que ocorra a chamada “cobrança reversa”, ou seja, informa a Secretaria da Educação qual foi o consumo feito por cada usuário, arcando com as despesas após o uso. O aplicativo da empresa contratada pelo Paraná (IPTV Sul) é usado nos primeiros 4 meses de forma gratuita. Um termo de cooperação foi assinado, e o próximo passo é a capacitação dos responsáveis pelo monitoramento. Também se faz necessário determinar quais municípios receberão esse meio, e adequar com as operadoras o preço do *megabit* a ser disponibilizado. Em outros Estados, o custo mensal por aluno fica em torno de R\$ 7,00, podendo diminuir de acordo com o uso. Após definir o valor a ser cobrado no Estado de Rondônia, será feito um termo de adesão, e aí será possível o processo de utilização do meio.

Informa também que a rede municipal recebeu o mesmo esclarecimento, sendo questionado quem arcaria com o aplicativo após os 4 meses de uso gratuito, e foi esclarecido que um processo licitatório seria feito para arcar com as despesas. Quanto ao pagamento das operadoras, não foi definido quem pagaria esse gasto. Referente ao levantamento dos alunos e professores da rede municipal, a AROM assumiu essa verificação. O custeio para esses serviços será discutido posteriormente, após dimensionados todos os pontos indicados.

A Dra. ALESSANDRA questiona as duas frentes até então expostas: a negociação com as operadoras para precificação do *megabit* e o aplicativo que monitora o efetivo uso de internet, para que haja a cobrança reversa, perguntando quais grupos seriam atendidos. O Sr. VALMIR especifica que a precificação independe do número de pessoas abarcadas, podendo envolver as redes municipal e estadual; quanto ao uso do aplicativo pelas redes, informa que, por meio do processo licitatório a ser feito, também se pretende atender as duas redes. Destaca, ainda, que as informações requeridas - sobre o quantitativo de pessoas que usarão a rede - estão sendo compiladas, tendo a AROM o prazo de 15 dias para fazer esse levantamento, o qual se encerrará na semana que vem. Portanto, na próxima reunião, os questionamentos sobre esses assuntos serão mais bem aprofundados com os dados em mãos.

Perguntado pela Dra. ALESSANDRA sobre a adesão dos municípios aos pregões e procedimentos licitatórios para compra de equipamentos aos alunos, o Sr. VALMIR informa que 60.852 tablets estão sendo adquiridos para atender a demanda na rede estadual, e que estão sendo feitos os preparativos para a compra. O Secretário SUAMY informa que esse quantitativo é de alunos da rede estadual que não possuem equipamentos para uso nas aulas remotas. A Sra. MARTA se manifesta para falar que o pregão a respeito dos notebooks que serão adquiridos para os professores está aberto à adesão dos municípios, conforme questionado pela Dra. Alessandra.

Após algumas manifestações, com trocas de experiências entre os presentes, a reunião foi encerrada.

## 2) O que ficou deliberado:

Ficou marcada nova reunião para o dia 21/05/2021, às 14h (quatorze horas), a fim de dar continuidade aos seguintes pontos de pauta:

1. Prosseguimento das discussões estruturantes acerca da Educação infantil e de ações relacionadas à alfabetização na idade certa.
2. Continuidade das discussões a respeito da expansão da conectividade;
3. Informes sobre o andamento da estratégia de monitoramento da implementação dos protocolos do retorno às aulas presenciais.

A respeito desses pontos de pauta, restaram reiterados os encaminhamentos anteriormente sugeridos à UNDIME e AROM, a fim de subsidiar o aprofundamento das discussões:

- Localização das demandas reprimidas em cada Município, segmentando por idade: quantas e onde estão, se existe fila de espera, e dificuldades enfrentadas (transporte, busca ativa, etc.), referente as creches e pré-escolas;
- Resgate das estratégias do Plano de Expansão de cada Município e cronogramas específicos relativos ao cumprimento do Plano Nacional de Educação, inclusive com as mudanças feitas pela nova gestão municipal;
- Levantamento do número de alunos, professores e turmas dentro das redes de ensino em cada município, e de como vem sendo aplicado o ensino remoto (uso de plataformas, etc), a fim de melhor subsidiar a tomada de decisões no tocante às estratégias para expansão da conectividade.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 17/06/2021, às 12:18, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0306572** e o código CRC **FF8C0DB6**.